

Governo tem apenas 1% de margem para cortar gastos

Último estudo de Giambiagi para o Ipea diz ser impossível a redução de despesas

SABRINA LORENZI
RIO

A margem de manobra do governo para cortar gastos além da meta de superávit primário corresponde a 1% do Produto Interno Bruto (PIB). A conta, do economista Fábio Giambiagi no estudo de adeus ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), considera a impossibilidade de o País reduzir despesas fixas, gastos com saúde, educação, Bolsa-Família e os subsídios que são mantidos nas votações do orçamento no Congresso Nacional.

Apesar do alerta com relação à rigidez dos gastos e mais um apelo para a realização de reformas – marca registrada dos tantos estudos –, Giambiagi admite que um crescimento econômico acima de 4% ao ano pode livrar o País de um colapso nas contas públicas, independentemente de outros esforços. Neste trabalho mais brando, intitulado "Dezesete anos de política fiscal no Brasil: 1991-2007", o economista dilui as críticas sobre aumento de despesas em quatro governos.

"Este, assumidamente, não é um artigo baseado em um esforço de modelagem ou em testes quantitativos para provar determinada tese", assinala o autor.

Da era Collor ao governo Lula, todos os governantes ampliaram as despesas acima do crescimento econômico. Em 16 anos, os gastos primários cresceram em média 5,9%, enquanto o Produto aumentou 2,9%. Por outro lado, a receita do governo subiu de 15% para 24% do Produto, com o incremento da carga tributária, e dívida pú-

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DO GASTO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

(em % a.a.)

Composição	92/94	95/98	99/02	03/06	2007	92/07
Gasto primário total	9,7	4,6	4,3	5,6	7,4	5,9
Transferência a estados e municípios	1,8	5,9	9,1	4,7	7,6	5,7
Pessoal	14,0	-0,6	3,5	1,8	7,7	4,2
Benefícios do INSS	16,5	5,5	4,4	8,1	6,2	7,9
Outras despesas	3,6	8,7	17	6,6	8,4	5,6
PIB	3,1	2,4	2,1	3,4	4,7	2,9

Fonte: SPE/STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento. Deflator: Deflator implícito do PIB

ca outras despesas (8,7%).

No segundo mandato do tu- cano, dispararam 9,1% ao ano as transferências com estados e mu- nicipios. A ferida do governo Lula, de 2003 a 2006, por sua vez, foi o crescimento de 8,1% de despesas com benefícios pre-videnciários. Já no começo do segundo mandato, o que pres- siona o governo são as outras despesas, item que inclui de- mandas de saúde, educação, bol- sa-família e outros.

"Outras despesas" aumenta- ram de 3,9% do PIB em 1991 e para cerca de 5,8% em 2007. Nesta rubrica, subsídios e subvenções saltaram de 0,24% em 1999 (não há dados anteriores) do PIB para 0,36%. Pronaf, Fun- do da terra e fundos regionais praticamente só aconteceram no governo atual.

Em compensação, gastos com o Proex são menores atualmen- te do antes de Lula. Já as 'demais despesas', nesta mesma rubrica, passaram de 3,1% do PIB para 4,15% do PIB entre 2003 e 2007.

Desse aumento, 0,4 ponto percentual resultou aumento de investimento e o restante da ex- pação do Bolsa-Família. É aí que entram as críticas de Giambiagi, ainda que com conclusões mais otimistas do que costu- mam fechar seus estudos.

"Dada a rigidez dos gastos com transferências, pessoal e INSS, o que sobra para um even- tual corte de gastos são as cha- madas 'outras despesas'. O pro- blema é que quando desagrega- se este dado, constata-se que o que sobra é o subitem demais despesas (...) já que subsídios e subvenções têm para cada pro- grama lobbies próprios para votar o orçamento no Congresso Nacional". Diante da impossi- bilidade de mudar investimentos de Saúde e Educação e do Bolsa- Família, o governo só tem 1% para manobrar, conclui.

Giambiagi lista seis prin- cipais desafios para o País. O pri- meiro e mais incisivo é o au- mento do investimento público, que atualmente é de 0,8% do PIB, o mesmo percentual da era média de FHC.

No primeiro mandato de Lu- la, porém, o investimento do governo foi menor. Os outros desafios lançados pelo pesquisador são: diminuir a carga tribu- tária, conter a expansão das dí- vidas interna e mobiliária, per- seguir superávits nominais, conter a expansão do gasto cor- rente e repensar as estatísticas fiscais, por causa da desafas- gem metodológica, por exem- plo, da estatais federais.

blica passou de 36,8% para 43,5% depois de ter alcançado o pico de 52,4% em 2003.

O trabalho mostra como o País passou do processo de dete- riorização fiscal da década de

1990 para a atual era de superá- vits primários. Nesta transição, lembra o pesquisador, a econo- mia brasileira passou por um dé- ficit operacional artificialmente reprimido pela inflação de até três dígitos, até meados dos anos noventa. Com o fim da hiperin- flação, a partir do Plano Real, o País passou a amargar desequilí- brio fiscal agudo. No fim da dé- cada passada, uma série de me- didas e a Lei de responsabilidade visaram combater o mal, mas ainda assim a dívida cresceu rá- pidamente até 2003. Finalmen- te, a partir de 2004, a relação dí- vida-PIB começou a ceder.

Na questão central, dos gas- tos públicos, o estudo aponta tanto as virtudes como os 'pô- dres' dos quatro últimos go- vernos. Durante o governo de Collor e Itamar Franco, as des- pesas com pessoal dispararam 14% ao ano. No primeiro man- dato de FHC houve redução de despesas com pessoal mas um expressivo aumento na rubri-